


As mobilizações estudantis recentes e suas contribuições aos propósitos educacionais

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.010-066>

Marcos Roberto Pavani

Doutor em Educação pela Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos

(UFSCar) e professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

E-mail: marcos.pavani@ifsp.edu.br

RESUMO

Este texto foi desenvolvido com base nas pesquisas, leituras e discussões realizadas no curso de doutoramento do seu autor, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em especial nos debates ocorridos no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Escola de Vigotsky (NEEVY), entre os anos de 2017 e 2021 e na disciplina Teoria Crítica e Educação do referido programa, bem como por meio de pesquisa documental acerca do tema abordado. Os conceitos aqui discutidos estão fundamentados nas Teorias Crítica e Teoria Histórico-Cultural e constituem parte das análises apresentadas na tese resultante, defendida pelo autor em 2021. O mesmo realiza uma análise das mobilizações estudantis ocorridas recentemente no Brasil, traçando uma comparação com outros contextos históricos brasileiros, de forma a promover uma discussão sobre as causas das lutas atuais, seus mecanismos de enfrentamento e alguns dos principais resultados educacionais obtidos.

Palavras-chave: Educação democrática, Mobilização estudantil, Participação política, Emancipação cidadã, Transformação social.



1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2013 e 2016, o Brasil registrou importantes e diversificadas mobilizações estudantis em luta por seus direitos, bastante ameaçados por mudanças nas políticas públicas oficiais, nas diversas esferas de poder: local, estadual e federal. Essas mobilizações ocorreram em diversos municípios e estados do país, atingindo número significativo de indivíduos.

Dentre os diversos episódios que marcaram essas mobilizações estudantis, um grupo de estudantes ocupou, em novembro de 2015, a Escola Estadual Diadema (SP) e, logo em seguida, a Escola Estadual Fernão Dias Paes, em uma área nobre da cidade de São Paulo (capital), para protestar contra projeto do governador à época, Geraldo Alckmin que, se tivesse avançado, levaria ao fechamento de 94 unidades escolares paulistas. O projeto previa a implantação do novo sistema de ciclos e implicaria no remanejamento de mais de 300 mil alunos. O movimento dos estudantes se espalhou e afetou as aulas de pelo menos 26 mil estudantes em 25 colégios ocupados, segundo a Secretaria da Educação. Outros estados, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, passaram a ter a ação de movimentos estudantis semelhantes ao iniciado em São Paulo.

Mais do que escolas, os estudantes demonstraram querer ocupar outros espaços de representatividade, reivindicando mais verbas, posicionando-se contra as reformas, lutando por mais direitos e para serem, efetivamente, ouvidos. Essas manifestações, marcadas por uma expressiva capacidade de organização e articulação, impressionaram e instigaram: afinal, que nova forma de atuação estudantil estaria se apresentando nessas ocupações e quais seriam os objetivos dessas novas frentes de luta?

De acordo com as afirmações de Pessoni e Libâneo (2018, p. 154): “A educação, entendida como prática social, situa-se em um contexto dinâmico e multifacetado que exige uma compreensão aprofundada de suas finalidades, uma vez que elas dão a direção de sentido a essa prática”.

Outro aspecto relevante destes episódios foi o protagonismo juvenil, uma vez que foram as e os estudantes, organizados em suas unidades escolares, que elaboraram e geriram as diversas atividades promovidas, como palestras, exposições, debates, apresentações artísticas, entre outras. A determinação e o esforço em defenderem suas posições engendram o que Petrovsky (1980) denomina “atividade volitiva”, apontando para aprendizagens necessárias que envolvem o pensamento autônomo.

Muitas dessas mobilizações contaram com o apoio de professores e da direção da escola. Contudo, não foi esse o fator determinante do êxito, já que vários foram os casos em que os alunos tomaram o controle das escolas, fechando-as para as atividades letivas previstas, criando coletivamente um cronograma específico para cada unidade.

Dizia-se, em especial dos secundaristas em escolas públicas, que eram politicamente apáticos e distantes em relação à instituição escolar. Entretanto, via participação em atividades de discussão sobre as políticas educacionais, em manifestações públicas organizadas, em debates



nas redes sociais da internet, ou diante da experiência concreta da precarização das instituições educacionais, os estudantes se auto-politizaram. (GROPPO, 2018, p. 113)

Desde os movimentos pelas “Diretas Já”, em 1984 e o “Fora Collor”, em 1992, que não eram registrados no Brasil mobilizações estudantis semelhantes, sugerindo uma retomada da força de luta da juventude, opondo-se, assim, à ideia de sua aparente apatia política e desinteresse. Como afirmam Piolli, Pereira e Mesko, citados por Groppo, (2018):

[...] estamos assistindo no Brasil a um novo ciclo de ações coletivas ou lutas sociais, desde as Jornadas de Junho de 2013. As ocupações das escolas pelos secundaristas em diversos estados no final de 2015 e início de 2016, bem como as ocupações de escolas e universidades contra a MP 746 e a PEC 55 no final de 2016, têm dado continuidade a esse ciclo. (GROPPO, 2018, p. 89).

Cavalcanti (2011, p. 41), nos apresenta sua visão sobre os movimentos estudantis e suas novas formas de atuação:

Ainda que não seja mais possível perceber claramente movimentos de jovens organizados e politizados para a contestação da ordem vigente, como se constatava em décadas passadas, quando tiveram um relevante papel em reestruturações da ordem vigente em diversos países, em qualquer tempo pode-se afirmar que seus diferentes agrupamentos têm vinculações políticas, ideológicas, simbólicas, implícitas e explícitas, sendo, de toda forma, maneiras que encontram de interpretar e manifestar suas próprias concepções de mundo, de vida, de lugar, de espaço, maneiras de contestar a cultura dominante.

Os episódios ocorridos, marcados pela sua evidente força de luta e resistência, assim como a amplitude alcançada, fomentaram as análises aqui apresentadas. Os aspectos relacionados aos importantes embates político-ideológicos e as possibilidades de transformação da ordem vigente, em decorrência do posicionamento juvenil, assumido frente às proposições político-educacionais oficiais, revelaram-se como possíveis e potentes formas de atuação estudantil, contribuindo para a desejada emancipação cidadã.

2 EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

A análise das principais e mais discutidas correntes pedagógicas, por mais variáveis que elas possam apresentar quanto ao seu conteúdo e método, evidencia como sendo os seguintes os principais propósitos das mesmas: boa fundamentação teórica e habilitação técnica/prática, nos mais diversos campos de atuação profissional.

Embora divirjam em muitos aspectos, essas correntes pedagógicas defendem a necessidade de garantir a apropriação do conteúdo e sua utilização como ferramenta, considerando para isso as particularidades da realidade em que se encontram inseridos os estudantes.

Entretanto, uma investigação mais cuidadosa permite evidenciar elementos mais específicos, como a necessidade assumida pela educação de promover a autonomia de cidadãos e cidadãs, tornando-



os capazes de exercerem cotidianamente sua criticidade. Como nos apresentou Santos (2008), uma forma de transformação da condição de meros consumidores a cidadãs e cidadãos.

Ainda neste sentido, Mészáros (2008, p. 47), nos alerta:

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área educacional equivale, portanto, substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente.

As instituições de ensino, orientadas por tais preceitos, devem garantir o direito à educação, não como forma de qualificação apenas, mas, sobretudo, como passaporte para o ingresso definitivo na cidadania.

Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta. A História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação. (FREIRE, p. 2014b, p. 10)

Corroborando com essa discussão, Adorno (1995), afirma:

[...] uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. (1995, p.140-141)

De forma mais ampla, a educação deve prover homens e mulheres de capacidades múltiplas para uma ação cidadã, que lhes permita atuar de forma a usufruir plenamente do que é ofertado, ou do que deveria ser. A participação constante e efetiva dos cidadãos e cidadãs na elaboração das condições de vida torna-se aspecto fundamental para construções sociais mais exitosas e menos excludentes, permitindo a superação das discrepâncias socioeconômicas existentes.

Neste sentido, os processos educativos, quando bem sucedidos, podem promover a ampliação da participação da comunidade, estabelecendo novos e mais elaborados critérios de construção cotidiana da cidadania.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas *saber que vivia* mas *saber que sabia* e assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, p. 2001, p. 14)

No caso brasileiro, em razão da abertura política realizada a partir do final da Ditadura Militar em 1985, muitos e longos passos foram dados na construção de um modelo educacional promovedor desta cidadania. A implantação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nos anos 90 foi um marco neste processo, estabelecendo os parâmetros gerais e fundamentais da educação no país. O movimento de



democratização das instituições, a inclusão das ciências sociais na grade curricular e a ampliação da participação popular no cotidiano da escola, com destaque para as residentes nas grandes periferias, entre outras medidas, permitiram uma reorientação do conteúdo escolar, com ênfase na problematização dos temas abordados. Aos poucos um processo educativo mais crítico foi sendo delineado, apoiado em aspectos da realidade brasileira:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. (FREIRE, 2014a, p.90)

Neste sentido, educadores e alunos passaram a estabelecer novas formas de relação de trabalho, mais abertas e pautadas no diálogo. Foram sendo abandonados os velhos e conservadores paradigmas impostos pelo regime militar, havendo espaços para a propagação das pedagogias libertadoras e libertárias desenvolvidas dentro e fora do Brasil, com destaque para os trabalhos de Freinet (1978) e Freire (2001).

As últimas décadas do Século XX foram marcadas por experiências pedagógicas em alguns municípios brasileiros que tiveram grande relevância, como a realizada sob o comando de Paulo Freire na Secretaria de Educação do município de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina, no início dos anos 90. Na ocasião, teve início o projeto de democratização da instituição escolar, com a efetiva participação popular na sua gestão. A destituição das velhas formas hierárquicas de poder (do diretor, dos professores, dos funcionários...), permitiu uma reorganização da prática pedagógica.

Era preciso, pois, democratizar a Secretaria. Descentralizar decisões. Era necessário inaugurar um governo colegiado que limitasse o poder do Secretário. Era preciso reorientar a política de formação dos docentes, superando os tradicionais cursos de férias em que se insiste no discurso sobre a teoria, pensando-se em que, depois, as educadoras põem em prática a teoria de que se falou no curso pela prática de discutir a prática. Esta é uma eficaz forma de vivermos a unidade dialética entre prática e teoria. (FREIRE, p. 2014b, p. 38)

Os resultados alcançados neste período reforçam a tese da necessidade de democratização da escola e das práticas pedagógicas, visando sua maior eficácia. Afinal, parece difícil supor atualmente uma prática educativa efetiva que se realize simplesmente **para** alguém, mas sim, entre e com as pessoas envolvidas. “Na sociedade da informação, os projetos sociais e educacionais que mobilizam mais motivação são aqueles que colaboram para a criação de sentido.” (AUBERT et al, 2016, p.180).

Não apenas a máquina administrativa ganha com a maior divisão das funções, assim como a comunidade se sente pertencente àquele lugar, em razão desse protagonismo desempenhado por ela. Como ressaltou a mãe de um aluno de uma das escolas da rede municipal de São Paulo, na ocasião da referida gestão: “É bom porque em parte a comunidade pode saber como a escola é por dentro. O que

é feito com nossos filhos, a utilização do dinheiro. Antes, a comunidade ficava do portão para fora. Só entrávamos na escola para saber das notas e reclamações dos filhos. Era só para isso que, antigamente, os pais eram chamados – ou para trazer para as festas um prato de quitute”. (FREIRE, p. 2014b, p. 38)

Também ocorreram importantes mudanças em políticas públicas educacionais em outras regiões brasileiras, como as adotadas pelo Governo de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, que criou a “Constituinte Escolar”, em 1999, sendo importante instrumento para a construção de uma escola mais democrática naquele estado e as novas formas de escolha dos dirigentes pela comunidade, adotadas em estados do Nordeste e Centro Oeste, entre outras tantas.

Deste modo, gradativamente, o país foi construindo uma nova educação, pautada pela necessidade de uma prática dialética entre todos os envolvidos, permitindo uma maior compreensão do processo educativo e de seus propósitos, enveredando por metodologias dialógicas. Cada vez mais ficou evidenciada a importância da participação de toda a comunidade no processo educativo, contribuindo substancialmente para sua elaboração e tomada de decisões.

A sociedade brasileira, após superar o difícil contexto de total falta de liberdade experimentado no regime militar, usufrui, na atualidade, de avanços pedagógicos importantes, como a bem sucedida experiência realizada pelos Centros de Educação Unificada (CEUs), no município de São Paulo que, instalados nas áreas mais periféricas e carentes do município, realizam grande transformação nas comunidades, tanto dentro dos centros escolares quanto no seu entorno.

Outro exemplo a ser considerado são as Escolas de Aprendizagem, desenvolvidas na Espanha e estudadas e aplicadas no Brasil. Elas promovem, através de novas abordagens metodológicas, a queda das barreiras entre escola, professores, diretores, alunos e comunidade. Um exemplo dessa aplicação no Brasil é a impressionante transformação, tanto teórica quanto prática, promovida pelo professor e gestor Braz R. Nogueira na EMEF Pres. Campo Salles, na comunidade de Heliópolis, em São Paulo. Com a valorização das ações populares e dos movimentos sociais locais, ressignificou o papel da escola e dos objetivos educacionais em uma área favelizada.

Os exemplos aqui citados como tantos outros existentes, dão suporte à tese da necessidade de democratização do ensino para a obtenção do êxito desejado: uma educação que possibilite ao ser humano a sua efetiva participação política na sua própria constituição enquanto agente social e na sociedade em que vive, referendando um importante conceito da Teoria Histórico-Cultural, o de “situação social de desenvolvimento” (BOZHOVICH, 1981).

3 A MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL CRIANDO POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO

As classes estudantis sempre desempenharam importante papel nas transformações político-econômicas em todo o mundo, da Revolução Estudantil de 1968 à Primavera Árabe, em 2011, protagonizaram importantes conflitos e lutas por direitos civis.



No Brasil, antes, durante e depois da ditadura militar, os jovens estudantes sempre estiveram no centro dos debates e ações. São muitos os episódios históricos que registraram a mobilização desta categoria. Grande parte da democratização vivida no país nas últimas décadas é por mérito das lutas travadas por eles.

Entretanto, muitos afirmam que nas últimas décadas tem havido no país um distanciamento dos mesmos em relação às questões políticas. Seja por frustração com a corrupção instalada nos diversos níveis de poder, seja pela fossilização das formas de organização e atuação dos políticos e partidos, o fato é que se verifica um descontentamento generalizado com esse segmento da vida pública.

Como analisa o cientista social Marco Aurélio Nogueira: “São menos politizados no sentido de dedicados a entrar no sistema político tal como ele está aí, com partidos políticos, candidaturas”.¹ Tal grupo aparenta não encontrar representatividade nas atuais entidades de classes e siglas.

Porém, contrariando a máxima de não envolvimento político, buscam outros mecanismos de atuação e transformação da sociedade. Recorrem aos novos recursos digitais e à comunicação virtual das redes sociais e aplicativos para estabelecerem as estratégias de ação. Com tantas e modernas ferramentas de comunicação disponíveis no mercado, reorganizam suas formas de luta. Nas palavras de Carina Vitral, que esteve à frente da presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), “[...] a política é um instrumento de transformação da sociedade e cada ocupação sabe o que é política. Cada movimento sabe que é movimento político. Negam a classe política, mas não a política como forma de transformação da sociedade.”² Em razão dessa desvinculação dos partidos e dos políticos em geral, redesenham os caminhos da luta estudantil na busca por transformações, por quaisquer que sejam as razões.

Com essa nova atitude, descolada do processo de educação formal e fora do expediente pedagógico planejado, parece ocorrer uma ressignificação da prática educativa, muitas vezes engessada nas velhas formas conhecidas. Subvertendo a norma estabelecida, esses jovens que saíram às ruas por redução nas tarifas de ônibus, pelo cancelamento de medidas governamentais autoritárias de fechamento de unidades escolares ou pelo fim da corrupção no país, manifestaram sinais de amadurecimento político e possível emancipação. Como afirmou Adorno (1995, p. 182), “[...] a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência.”

Essas mobilizações são manifestações da necessidade de posicionamento político por parte da classe estudantil, já que a democracia, ao contrário do que já foi imaginado, não é condição permanente de um país, mas conquista diária. Em muitos casos e na opinião de vários analistas, o Brasil ainda

¹Disponível:https://noticias.uol.com.br/Novo%20protagonismo%20estudantil%20_%20UOL%20Educação.html

²Disponível:https://noticias.uol.com.br/Novo%20protagonismo%20estudantil%20_%20UOL%20Educação.html

ensaia a sua democracia. “[...] Num país realmente democrático, é preciso ter instituições na sociedade que sejam sólidas, e o Brasil não tem isso, ou tem isso muito embrionariamente.” (FAUSTO, B. 2018)³

Deste modo, como alertou Adorno, que a conformação gera uma adaptação do humano, levando à sua domesticação (PUCCI, B; ZUIN, A. A.S.; LASTÓRIA, L. C. N., 2010). E, numa sociedade com a democracia ainda tão incipiente, há o risco permanente de haver um controle coletivo por meio dos mecanismos fortemente estabelecidos pela indústria cultural (HORKEHEIMER, M. ADORNO, T. W., 1985), estabelecendo a semiformação, impossibilitando a autonomia dos sujeitos.

Assim, resta à resistência, seja ela de estudantes ou de qualquer outro segmento social organizado, elaborar as novas e necessárias formas de minimizar ou eliminar esse controle.

Se a educação brasileira e suas instituições, apesar de terem sido recentemente democratizadas em certa medida, ainda encontram-se cooptadas pelos mecanismos de controle, ou pela sedimentação das ideias, talvez esteja na indignação juvenil a força necessária para transformar esse quadro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que o Brasil tenha registrado um movimento claro de democratização das instituições como um todo, ainda permanecem atuantes velhas estruturas de poder. São muitos os casos que evidenciam a incipiente e, muitas vezes, intermitente democracia brasileira. Nesse sentido, nada está pronto. Sempre há muito o que transformar na organização social. As políticas públicas, de modo geral, costumam ignorar os anseios da população. Partem de decisões isoladas, de natureza questionável e não atendem às demandas sociais. Muitas vezes apenas reproduzem os interesses vigentes ou, de forma ainda mais perversa, criam a falsa sensação de atenderem às necessidades dos diversos grupos sociais. Como salienta Mészáros (2008, p. 35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima e interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Contudo, contrariando as normas e opiniões existentes, os jovens têm demonstrado força para resistir e transformar o mundo da forma como lhes tem sido apresentado. De maneira surpreendente no país, apresentam novas e modernas armas para velhas batalhas, logrando resultados muito expressivos, tais como o enfrentamento das medidas propostas pelo ex-governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que foram retiradas após algumas semanas pelo próprio, depois do sucesso e

³ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/01/27/impeachment-de-dilma-abriu-caixa-de-males-do-pais-diz-boris-fausto.htm?cmpid=copiaecola>

permanência das ocupações escolares. Ou ainda, as tarifas de transporte público foram rediscutidas em vários municípios, com a redução em diversos deles.

No plano político nacional, ganharam força as discussões sobre corrupção na gestão pública. Neste caso em especial, o poder midiático e a impressionante força da indústria cultural e seus eficientes meios de comunicação de massa, tiveram papel preponderante na formação e, sobretudo, na deformação das opiniões. Ainda assim, o fato da discussão política ter conquistado as ruas e ser capaz de ecoar entre todos, incluindo os jovens, constitui importante elemento de análise.

Outro dado relevante que pode ser extraído deste contexto é o caráter diversificado dessas mobilizações atuais. Diferentemente dos anos em que o inimigo tinha endereço certo, hoje são muitas as causas. Também a mudança do perfil do jovem estudante do país explica tal diversificação. Os estudantes de hoje são de diversas origens sociais, pois a política de cotas democratizou o ingresso na universidade. Desse modo, as reivindicações também são amplas e de diversas naturezas, corroborando com o que afirma Arthur Poerner, autor do livro "O Poder Jovem", à época acadêmico de direito e repórter no diário "Correio da Manhã". "Quando você coloca o estudante de baixa renda dentro da universidade, você gera uma demanda que os estudantes da década de 60 não tinham, que é a assistência estudantil. O bandeirão, bolsa permanência, moradia, hoje tudo isso é vital", exemplifica a líder da UNE. "As pautas vão se diversificando muito."⁴

Em luta pelas mais diversificadas causas, os jovens desempenham a importante tarefa de resistir às formas antidemocráticas de governo e às políticas que ignoram a capacidade de análise e posicionamento crítico dos cidadãos e cidadãs, subestimando seu potencial de mobilização política e emancipação.

A sociedade se transformou e é preciso entender suas novas e complexas formas de organização e atuação. Também mudaram suas demandas. É preciso estar atento a elas! "Os secundaristas são um exemplo de que hoje existe mais consciência da necessidade de um bom ensino, boa estrutura, bons professores e que isso deve ser exigido por ser um direito deles", diz a presidente-executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.⁵

Entretanto, enquanto as ocupações e mobilizações se davam e as conquistas iam se tornando efetivas, novos arranjos sociais foram sendo estabelecidos. O cenário político, econômico e, sobretudo, educacional brasileiro ganhou novos e complexos elementos a partir das eleições presidenciais de 2018 e da ascensão de novas políticas para estes setores, demandando novos posicionamentos e enfrentamentos, evidenciando, desta forma, a dialética e contínua construção social das melhores condições de vida para cidadãos e cidadãs.

⁴Disponível:https://noticias.uol.com.br/Novo%20protagonismo%20estudantil%20_%20UOL%20Educação.html

⁵Disponível:https://noticias.uol.com.br/Novo%20protagonismo%20estudantil%20_%20UOL%20Educação.html



REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, T. W. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, B; ZUIN, A. A.S.; LASTÓRIA, L. C. N. (orgs) Teoria Crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas; Autores Associados, 2010.
- AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, C., FLECHA, R.; RACIONERO, S. Aprendizagem dialógica na sociedade da informação. São Paulo: EdUFSCar, 2016.
- BOZHOVICH, L. I. La personalidad y su formación em la edad infantil: investigaciones psicológicas. Havana: Editoria Pueblo e Educación, 1981.
- CAVALCANTI, L. de S. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. Revista Geográfica da América Central. Número especial, 2011, p.1-18.
- FAUSTO, B. Não vivemos numa democracia plena, 2018. – Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/01/27/impeachment-de-dilma-abriu-caixa-de-males-do-pais-diz-boris-fausto.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso jan. 2019.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 36ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014a.
- FREIRE, P. Política e Educação. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 57ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREINET, C. Para uma Escola do Povo: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular. São Paulo: Martins Fontes, 1996; Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- GROPPO, L. A. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, A. A. F; GROppo, L. A. (orgs.) O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores. p. 85-117, 2018.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. “A indústria cultural e o esclarecimento como mistificação das massas” in Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACOMBE, M. O que podemos aprender das ocupações das escolas de São Paulo? Disponível em: revistagalileu.globo.com/.../o-que-podemos-aprender-com-ocupacoes-nas-escolas-de-... Acesso fev. 2020.
- BRASIL (1996). Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/.../lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html. Acesso jan. 2018.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. Trad. Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NOGUEIRA, M. A. As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Contraponto, 2013. Disponível: https://noticias.uol.com.br/Novo%20protagonismo%20estudantil%20_%20UOL%20Educação.html. Acesso jan. 2018.
- PESSONI, L. M. de L.; LIBÂNEO, J.C. Finalidades da educação escolar e critérios da qualidade de ensino: as percepções de dirigentes escolares e professores. In: LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M.



M. (Orgs.). Políticas educacionais neoliberais e a escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

PETROVSKI, A. V; Psicologia General: manual didáctico para los institutos de Pedagogia. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 16ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2008.